



VII - Sistemas Previdenciários

O Governo Federal responde pela gestão do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que atende aos trabalhadores da iniciativa privada, e pelo Regime Próprio dos Servidores Públicos da União.

O crescimento das necessidades de financiamento dos sistemas de previdência social do país nos últimos anos obriga a busca de medidas capazes de assegurar a sua sustentabilidade, especialmente para os exercícios corrente e próximo, em que os benefícios concedidos pelo RGPS entre os períodos de 1994 a 1997 estão sendo revisados. Além disso, o aumento real do salário mínimo, correspondente ao crescimento do PIB real per capita em 2004, já está sendo considerado nas projeções dos benefícios previdenciários. Para fazer frente a esse aumento, estão programadas medidas de combate às fraudes e à sonegação, o que deverá proporcionar aumento da arrecadação além daquele gerado pelo crescimento da economia e pelos reflexos da Emenda Constitucional no 40, de 2003.

Para o exercício de 2005, as projeções apontam um déficit conjunto de R\$ 60,8 bilhões, ou 3,3% do Produto Interno Bruto - PIB, sendo que R\$ 30,3 bilhões referem-se ao RGPS e R\$ 30,5 bilhões ao Regime Próprio dos Servidores Públicos da União.

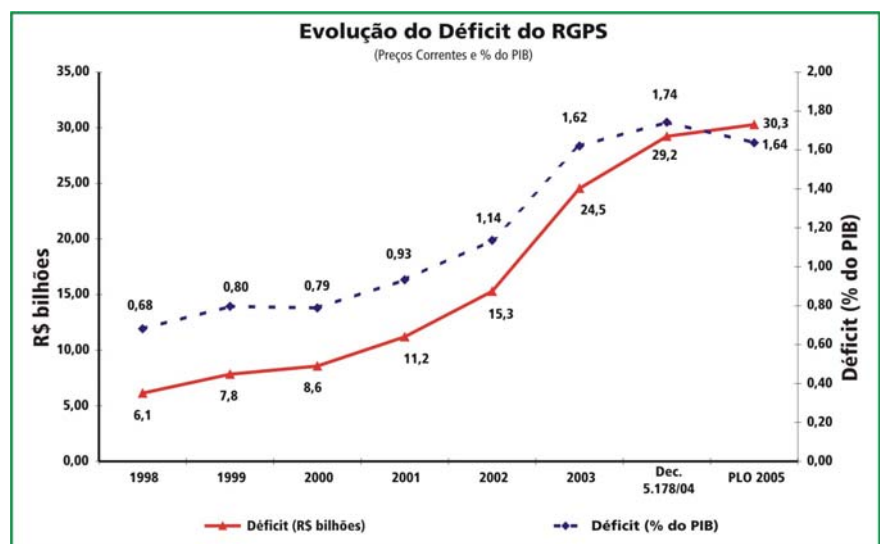
As receitas do Regime Geral de Previdência Social - RGPS sofrerão influência da recuperação da atividade econômica, das reformas obtidas com a aprovação da EC

no 40 e da reformulação da estrutura de arrecadação do Instituto Nacional de Seguridade Social para combater a sonegação e aumentar a capacidade de recuperação de créditos previdenciários. As despesas, por sua vez, serão fundamentalmente afetadas pela nova regra de correção do salário mínimo e pelo passivo previdenciário oriundo da revisão do valor dos benefícios concedidos entre fevereiro de 1994 a dezembro de 1997.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 estabeleceu uma nova regra de recuperação do salário mínimo real, que além da reposição das perdas inflacionárias dada pelo INPC receberá também os frutos positivos do crescimento da economia em 2004, com a incorporação da variação da renda *per capita* real.

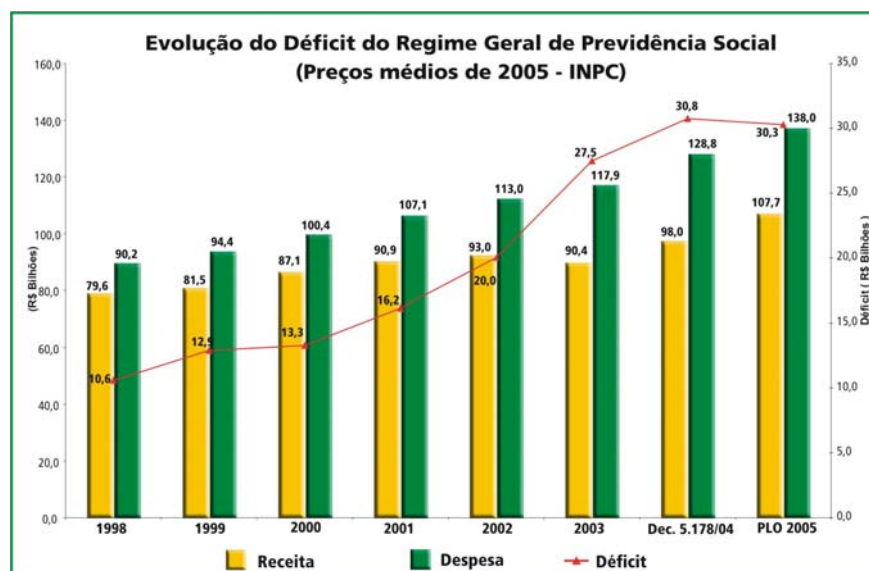
A revisão do valor dos benefícios concedidos entre março

Regime de Previdência do Setor Privado



de 1994 e fevereiro de 1997 terá um impacto significativo na Proposta Orçamentária de 2005, sendo R\$ 2,0 bilhões a título da incorporação de novos valores ao fluxo mensal de pagamentos e R\$ 3,0 bilhões para o pagamento da dívida do RGPS com cerca de 1,57 milhões de trabalhadores.

O Regime Geral de Previdência Social tem apresentado um déficit crescente nos últimos anos, como pode ser observado no gráfico a seguir. Em 2005, estima-se um déficit de R\$ 30,3 bilhões, que corresponde a 1,64% do PIB. No que diz respeito às receitas, a arrecadação líquida do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS apresenta, no período analisado, uma tendência de crescimento em termos reais. Em 2005, os seguintes fatores colaboram para que o déficit do INSS seja um pouco menor em termos nominais que o esperado para 2004: o impacto do ganho de receita decorrente da expectativa de crescimento da economia e a intensificação das ações de combate à sonegação e às fraudes.



Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Quanto ao Regime Próprio de Previdência Social, cabe salientar que apresenta na programação o aumento da contribuição da União para o regime próprio de 11% para 22% da folha dos servidores civis, o aumento da faixa de isenção da contribuição sobre os inativos de R\$ 1.560,0 para R\$ 2.508,00, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, e a incorporação do abono de permanência que isenta os servidores com direito a aposentadoria a fim de estimulá-los a permanecerem em atividade.

A atual proposta orçamentária apresenta um déficit para

previdência pública federal bem menor em relação ao Produto Interno Bruto que o verificado no ano anterior. Esse resultado deve-se à mudança no percentual de contribuição do empregador de 11% para 22%. O déficit do regime próprio dos servidores federais continua bastante elevado: neste orçamento, será de R\$ 30,5 bilhões, representando 1,65% do PIB, conforme ilustrado no gráfico a seguir:

